

SUMÁRIO

Prefácio	21
Apresentação	23

1ª parte

A defesa de mérito, 25

AUGUSTO GRIECO SANT'ANNA MEIRINHO

Teoria básica de benefícios, 27

Apresentação	28
I. Introdução	28
II. Desenvolvimento	31
1. A Seguridade Social	31
2. Instrumentalidade da Teoria Básica de Benefícios	34
2.1. Relação jurídica previdenciária. Uma visão concisa da estrutura da norma previdenciária de proteção	35
3. Beneficiários da Previdência Social	40
3.1. Segurados	40
3.2. Segurados obrigatórios	40
3.3. Segurado facultativo	49
3.4. Filiação e Inscrição	50
3.5. Qualidade de segurado e período de graça	52
3.6. Dependentes do segurado	62
4. Carência	70
5. Prestações do Regime Geral de Previdência Social – Generalidades	79
6. Algumas considerações sobre a formação do valor do benefício	84
III. Conclusão	94
IV. Referências bibliográficas	94

FERNANDA MATTAR FURTADO SURIANI

Prescrição e decadência nos benefícios previdenciários, 95

1. Introdução	96
2. Prescrição e decadência: natureza jurídica	96
3. Histórico legislativo da prescrição e da decadência previdenciária	98
4. Ações previdenciárias	102
5. Conflito de leis no tempo	109
6. Conclusão	115
7. Referências bibliográficas	116

CAIO SANO

Aposentadoria por invalidez e auxílio-doença, 117

1. Aposentadoria por invalidez	118
2. Aposentadoria por invalidez por grande incapacidade	121
3. Auxílio-doença	122
4. Da necessidade de o beneficiário se submeter a processo de reabilitação e tratamento médico	123
5. Do benefício por incapacidade aos segurados facultativos	124
6. Da data do início do benefício nos casos de condenação judicial ...	125
7. Alta programada	126
8. Referências bibliográficas	127

AUGUSTO GRIECO SANT'ANNA MEIRINHO

Auxílio-acidente: benefício mutante, 129

Apresentação	130
I. Introdução	130
II. Desenvolvimento	133
1. A introdução do benefício auxílio-acidente no ordenamento previdenciário brasileiro	133
2. Acidente de qualquer natureza como gênero e acidente do trabalho como espécie	136
3. Auxílio-acidente. Benefício em mutação	139
4. Conceito atual do benefício de auxílio-acidente	146

4.1. Beneficiários do auxílio-acidente	153
4.2. Carência, qualidade de segurado e comprovação da incapacidade	156
4.3. Data de início do benefício	160
4.4. Renda mensal do benefício	161
4.5. Cumulação com outros rendimentos	162
4.6. Perda da audição	164
4.7. Auxílio-acidente originário de acidente do trabalho	165
4.8. A questão do requerimento administrativo e o interesse processual	170
5. Auxílio-acidente em manutenção quando da entrada em vigor da Lei nº 9.528/97	172
III. Conclusão	183
IV. Referências bibliográficas	184

PATRÍCIA VIANNA MEIRELLES FREIRE E SILVA

Aposentadoria por idade, 185

Introdução	186
1. Risco protegido e conceito do instituto	186
2. Fundamento normativo	188
3. Requisitos necessários à obtenção do benefício	188
3.1. Idade	188
3.1.1. Comprovação da idade	189
3.2. Carência	189
3.3. Qualidade de Segurado	190
3.4. Aposentadoria por idade do trabalhador rural	192
3.5. Aposentadoria compulsória	196
4. Beneficiários	197
5. Data de início do benefício	198
6. Salário-de-benefício	199
7. Fator previdenciário	199
8. Renda mensal inicial	200
9. Aposentadoria e contrato de trabalho	201
Referências bibliográficas	203

ANDRÉ STUDART LEITÃO

DANIEL AUGUSTO BORGES DA COSTA

Aposentadoria por tempo de contribuição, 205

1. Introdução	206
2. Aposentadoria por tempo de contribuição: noções introdutórias e modalidades (aposentadoria por tempo de serviço x aposentadoria por tempo de contribuição / aposentadoria integral x aposentadoria proporcional)	206
3. Aposentadoria integral	209
4. Aposentadoria proporcional	212
5. Aposentadoria do professor	213
6. Beneficiários	216
7. Tempo de contribuição	218
8. Comprovação do tempo de contribuição: o início de prova material	225
9. Trabalho do menor de 14 anos em regime de economia familiar ...	229
10. Carência e período de gozo de benefício por incapacidade	231
11. Data de início do benefício	232
12. Renda mensal inicial: alguns aspectos controversos	233
13. Casos especiais	239
14. Bibliografia	243

IVAN KERTZMAN

O fim da aposentadoria por tempo de contribuição, 245

Introdução	246
1. A previdência social, a proteção social e a cobertura dos riscos sociais	247
2. Ambientação da aposentadoria por tempo de contribuição no Brasil e no mundo	251
3. Histórico do benefício – A EC 20/98 e a Lei 9.876/99	254
4. A próxima reforma da previdência	258
Conclusão	262
Referências bibliográficas	262

ANDRÉ STUDART LEITÃO
Aposentadoria especial, 263

1. Introdução	264
2. Conceito e natureza	264
3. Conceito de condições especiais	265
3.1. A exclusão das atividades perigosas e penosas	265
3.2. Habitualidade e permanência	271
4. Comprovação do exercício de atividade especial	272
4.1. O Perfil Profissiográfico Previdenciário	273
4.2. O Laudo Técnico de Condições Ambientais	278
4.3. Possibilidade de outros meios para a comprovação da atividade especial	279
4.4. A utilização de equipamentos protetivos	281
5. Beneficiários	283
6. Conversão de tempo de serviço	285
7. Direito intertemporal	287
8. Fontes de custeio e alíquotas diferenciadas	288
9. Conclusões	288
10. Referências bibliográficas	290

ANDRÉ STUDART LEITÃO
Desaposentação: renúncia à aposentadoria, 291

1. Introdução	292
2. Aspectos terminológicos	292
3. Desaposentação: conceito e justificativa	295
4. Argumentos favoráveis à desaposentação	297
5. Argumentos contrários à desaposentação	298
6. Migração entre regimes: óbice financeiro e atuarial	301
7. Posterior obtenção de aposentadoria no mesmo regime	302
8. Conclusões sobre a desaposentação	303
9. Bibliografia	303

GERALDO ARRUDA
Salário-maternidade, 305

Introdução	306
1. Contingência protegida	306
2. Natureza jurídica	307
3. Denominação	311
4. Carência	313
5. Período de graça	314
6. Contribuição durante o período de percepção do salário-maternidade	316
7. Eventos geradores do salário-maternidade	318
8. Duração do salário-maternidade	321
9. Sujeito passivo	323
10. Beneficiárias do salário-maternidade – sujeito ativo	324
11. Valor do salário-maternidade	325
12. Reflexos no contrato de trabalho	329
Conclusões	330
Referências bibliográficas	331

GERALDO ARRUDA
Salário-família, 333

I. Introdução	334
1. Contingência Protegida	334
2. Natureza jurídica	335
3. Carência	335
4. Contribuição sobre o salário-família	338
5. Evento gerador do salário-família	338
6. Beneficiários do salário-família – sujeito ativo	339
7. Sujeito passivo	344
8. Pagamento do salário-família	345
9. Valor do salário-família	348
II. Conclusões	350
III. Referências bibliográficas	351

DÉCIO BRUNO LOPES

Pensão por morte e auxílio reclusão, 353

Introdução	354
1. A pensão por morte no Regime Geral de Previdência Social	355
1.1. Aspectos gerais	355
1.2. Os segurados da Previdência Social: filiação, inscrição, manutenção e perda da qualidade de segurado	358
1.3. O benefício pensão por morte	363
1.3.1. Os beneficiários da pensão por morte	366
1.3.2. Dependência econômica	370
1.3.3. Período de carência	373
1.3.4. Renda mensal inicial	377
1.3.5. Data de início do pagamento	377
1.3.6. Cessação do benefício e cumulação	379
2. O auxílio reclusão no Regime Geral de Previdência Social	379
2.1. Aspectos gerais	379
2.2. Tratamento constitucional	382
2.3. Carência	384
2.4. Beneficiários	384
2.5. Data de início do benefício	384
2.6. Renda mensal	384
2.7. Cessação do benefício e cumulação	385
3. Conclusão	385
4. Referências bibliográficas	386

ANDRÉ EDUARDO SANTOS ZACARI

Pecúlio, 389

1. Conceito e características	390
2. O pecúlio nas legislações anteriores	390
3. O pecúlio na Lei 8.213/91.....	393
4. Competência para apreciação do pedido de pecúlio acidentário (inc. III)	396
5. Revogação e prescrição do pecúlio	397

6. Restituição das contribuições do aposentado que retorna ao trabalho	402
7. Bibliografia	409

RODRIGO BARROS DE GODOY

Ações revisionais, 411

1. Revisão pelos índices da ORTN/OTN – Lei nº 6.423, de 17 de junho de 1977	412
2. Revisão pelo IRSM de fevereiro de 1994	415
3. Majoração da alíquota dos benefícios de pensão por morte e de aposentadoria por invalidez	418
3.1. Em relação ao princípio da legalidade	422
3.2. Em relação ao princípio da igualdade	424
3.3. Em relação ao princípio da segurança jurídica	426
3.4. Em relação ao princípio da preexistência de custeio ou regra da contrapartida	428
3.5. Em relação ao princípio da seletividade e distributividade	431
4. Referências bibliográficas	433

AUGUSTO GRIECO SANT'ANNA MEIRINHO

O benefício assistencial de prestação continuada: questões controversas, 435

Apresentação	436
I. Introdução	436
II. Desenvolvimento	440
1. O benefício assistencial de Prestação Continuada. Referência sumária à disciplina legal do benefício	440
2. Benefício assistencial ao idoso	446
3. Benefício assistencial ao portador de deficiência	447
4. Critério de hipossuficiência	457
5. Um aspecto processual. A questão da legitimidade passiva do INSS	465

6. Dinâmica social. O caráter precário do benefício assistencial de prestação continuada	467
III. Conclusão	473
IV. Referências bibliográficas	474

2ª parte

A defesa processual, 475

ANDRÉ STUDART LEITÃO

Manual de prática previdenciária, 477

I. Princípios processuais previdenciários	478
1. Princípios gerais de direito	478
2. Princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional	479
3. Princípios da igualdade (<i>in dubio pro misero</i>) e do devido processo legal	480
4. Princípio da motivação	484
II. Contestação	485
1. Introdução	485
2. Estrutura da contestação	487
2.1. Direcionamento	488
2.2. Especificação do processo	489
2.3. Introdução (Cabeçalho)	490
2.4. Sinopse fática (Dos fatos, Resenha fática)	491
2.5. Preliminares	492
2.5.1. Pressuposto processual subjetivo do juiz:	
a incompetência absoluta	494
2.5.2. Pressuposto processual subjetivo da parte autora:	
a falta de capacidade processual	498
2.5.3. Pressuposto processual objetivo extrínseco à relação processual: coisa julgada, litispendência e preempção ..	499
2.5.4. Carência da ação	500
2.6. Preliminares de mérito: decadência e prescrição	501

2.7. Mérito (<i>Meritum Causae</i> , Do direito)	501
2.8. Eventualmente	502
2.9. Pedido de cassação/reforma da decisão que concedeu a tutela antecipada	506
2.10. Pedidos (requerimentos)	508
2.11. Final	510
III. Agravo de instrumento	511
1. Noções gerais	511
2. Folha de interposição do recurso	513
2.1. Direcionamento	513
2.2. Especificação do processo	514
2.3. Introdução	515
2.4. Parte final	517
3. Minuta do agravo: razões recursais	518
3.1. Direcionamento da minuta do agravo	518
3.2. Sinopse fática	518
3.3. Preliminares de recurso: questões iniciais	519
3.4. Mérito recursal	520
3.4.1. Nulidade da decisão	520
3.4.2. Reforma da decisão	522
3.5. Julgamento antecipado do recurso	522
3.6. Pedido de efeito suspensivo	523
3.7. Prequestionamento	524
3.8. Preenchimento de formalidades	524
3.9. Pedido	525
3.10. Final	527
4. Observações adicionais	527
IV. Apelação	528
1. Introdução	528
2. Efeito suspensivo da apelação	529
3. Folha de interposição	532
3.1. Direcionamento	532
3.2. Especificação do processo	532
3.3. Introdução	533
3.4. Parte final	533

4. Razões de apelação	534
4.1. Direcionamento das razões de apelação	534
4.2. Preliminares da apelação	534
4.3. Da sentença (sinopse fática)	534
4.4. Mérito recursal	535
4.4.1. Conseqüências da Sentença <i>extra petita e ultra petita</i>	535
4.4.2. Pedidos eventuais	537
4.5. Julgamento antecipado do recurso	537
4.6. Pedido de efeito suspensivo	538
4.7. Prequestionamento	538
5. Pedidos	539
6. Final	539
V. Recurso extraordinário e recurso especial	540
1. Introdução	540
1.1. Prévio exaurimento das vias recursais ordinárias	541
1.2. Amplitude conceitual da expressão “causas decididas”	541
1.3. Finalidade: unificar a interpretação do direito pátrio, e não corrigir eventual injustiça da decisão impugnada	542
1.4. Impossibilidade de reexame de matéria de fato	542
1.5. Juízo de admissibilidade desdobrado	544
1.6. Prequestionamento	545
1.7. Como saber qual recurso (se especial ou extraordinário) interpor?	548
2. Aspectos teóricos do recurso extraordinário	550
2.1. Hipóteses de cabimento	550
2.2. Repercussão geral das questões constitucionais	552
2.3. A impugnação de todos os fundamentos	559
3. Aspectos práticos do recurso extraordinário	559
3.1. Prazo recursal	559
3.2. Estrutura básica do recurso	560
3.3. Folha de interposição	560
3.3.1. Direcionamento	560
3.3.2. Especificação do processo	560
3.3.3. Introdução	561
3.3.4. Parte final	561

3.4. Razões do Recurso Extraordinário	561
3.4.1. Direcionamento das razões	561
3.4.2. Sinopse fática	562
3.4.3. Cabimento do recurso extraordinário (Preliminarmente)	563
3.4.4. Mérito recursal (Direito)	563
3.4.5. Julgamento antecipado do recurso	573
3.4.6. Pedido de efeito suspensivo	573
3.4.7. Pedido	574
3.4.8. Final	575
4. Aspectos teóricos do recurso especial	575
4.1. Hipóteses de cabimento	575
4.2. Estrutura básica do recurso	577
4.3. Folha de interposição	578
4.3.1. Direcionamento	578
4.3.2. Especificação do processo	578
4.3.3. Introdução	578
4.3.4. Final	579
4.4. Razões do Recurso Especial	579
4.4.1. Direcionamento das razões	579
4.4.2. Sinopse fática	579
4.4.3. Cabimento do recurso especial	580
4.4.4. Mérito recursal (Direito)	580
4.4.5. Julgamento antecipado do recurso	593
4.4.6. Pedido	594
4.4.7. Final	594
VI. Parecer	595
1. Introdução	595
2. Redação oficial	595
3. Estrutura do parecer	597
3.1. Especificação (parte inicial)	597
3.2. Ementa	597
3.3. Relatório	600
3.4. Fundamentação: tópicos de discussão	601
3.5. Conclusão	602
3.6. Parte final	602

VII. Modelos de peças	603
1. Esclarecimentos	603
2. Contestação	604
3. Agravo de instrumento	609
4. Apelação	614
5. Recurso Extraordinário	619
6. Recurso Especial	623
7. Parecer	626
VIII. Provas anteriores – CESPE/UNB	635
IX. Bibliografia	637

PATRÍCIA VIANNA MEIRELLES FREIRE E SILVA

Acidente do trabalho, 643

Introdução	644
1. Risco protegido	644
2. Conceito de acidente do trabalho e requisitos para a concessão do benefício	645
2.1. Nexo causal	646
2.2. Lesividade	649
3. Espécies de acidente do trabalho	650
3.1. Acidente do trabalho típico	651
3.2. Doença profissional	651
3.3. Doença do trabalho	653
4. Benefícios	655
5. Segurados	657
6. CAT – Comunicação de acidente do trabalho	657
7. Competência das ações acidentárias	658
8. Bibliografia	659

VIVIAN ZIMMERMAN
Mandado de segurança, 661

1. Introdução	662
2. Perspectiva constitucional do mandado de segurança	662
2.1. Requisitos constitucionais	663
3. Principais aspectos do mandado de segurança	665
3.1. Legitimidade ativa	665
3.2. Legitimidade passiva	666
3.2.1. Autoridade coatora e sujeito passivo	666
3.3. O ato coator	670
3.3.1. Restrições quanto à admissibilidade do mandado de segurança	672
3.3.2. As restrições da Lei 1.533/51 – hipóteses de cabimento e decadência	673
3.3.3. Da decadência	675
4. Questões procedimentais do mandado de segurança	678
4.1. Competência	678
4.2. Liminar em mandado de segurança	679
4.3. Honorários advocatícios	682
4.4. A sentença e a coisa julgada	683
5. Mandado de segurança no Juizado Especial Federal	684
6. Conclusão	687
7. Bibliografia	688

BRUNO FREIRE E SILVA

*Alguns aspectos processuais da execução previdenciária na justiça do
trabalho, 689*

1. Introdução	690
2. Competência	690
3. Procedimento	692
4. Legitimidade ativa e passiva	694
5. Recursos e Coisa Julgada	696
6. Conclusão	700
7. Bibliografia	701

MARCELO CAVALETTI DE SOUZA CRUZ

Acordos em juízo em matéria de benefícios previdenciários, 703

Introdução	704
1. Acordos na justiça comum. Peculiaridades	709
2. Acordos na lei dos juizados especiais federais. Peculiaridades	712
3. Outras questões pontuais	716
Conclusões	719
Referências bibliográficas	719